

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CHEQUE E NOTA PROMISSÓRIA

Tribunal

STJ

CONTRATO DE LOCAÇÃO — DECRETO 7.661/45 - HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA - ALUGUEL**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº, domiciliado nesta Capital, onde reside na Rua nº (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº, domiciliado nesta Capital, onde reside na Rua nº (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº, domiciliado nesta Capital, onde reside na Rua nº (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG nº, domiciliada nesta Capital, onde reside na Rua nº, através de seus advogados, comparecem respeitosamente perante Vossa Excelência para requerer HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, nos autos (de nº .../...) de Concordata Preventiva, onde é Requerente a, nos termos abaixo descritos. 1) Os Requerentes são proprietários do imóvel localizado na Rua nº, em, que está alugado para a Concordatária. Contudo, há muito a Concordatária não paga os aluguéis. 2) São estes os valores - nominais - devidos pela Concordatária: Mês Referência Valor Devido R\$... 3) Dessa forma, os Requerentes são credores das quantias acima indicadas, que representam o débito nominal da Concordatária. 4) Pedem que seja determinado o processamento da presente, inicialmente com a remessa dos autos ao Sr. Contador, para que proceda à atualização dos débitos, mês a mês, até o dia do deferimento do favor legal. Depois, requerem a ouvida da Concordatária, Comissário e Ministério Público para, ao final, ser habilitado o crédito dos Requerentes, devidamente corrigido. Pleiteiam, que seja determinado o depósito das parcelas com a correspondente atualização monetária, nos termos da Súmula nº 08 do E. STJ. Se for o entendimento de Vossa Excelência, pedem desde já a produção das seguintes provas: depoimento pessoal do representante legal da Concordatária, ouvid a de testemunhas, prova pericial contábil e juntada de novos documentos. Dão ao incidente o valor de R\$, unicamente para fins fiscais. Termos em que, Pedem deferimento., de de Advogado